



**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
“DR. JOÃO AMORIM”**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2014**

**Consolidação**

Matriz (Mantenedora)  
Organização Social – São Paulo  
Escola de Saúde  
Gestão Saúde – Embu das Artes  
Gestão Saúde – Taboão da Serra  
Organização Social – Hospital Municipal M´Boi Mirim  
Instituto de Responsabilidade Social  
Organização Social – Mogi das Cruzes  
Organização Social – Rio de Janeiro  
Organização Social – Arujá



## ÍNDICE

	Página(s)
Balanço Patrimonial	2 e 3
Demonstração dos Resultados	4 e 5
Demonstração das Mutações Patrimoniais	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Notas Explicativas	8 à 23

BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(em Reais)

ATIVO	Notas	2 0 1 4			2 0 1 3				
		SAÚDE Gestão Pública Gestão Própria	ASSISTÊNCIA SOCIAL Gestão Própria	EDUCAÇÃO TÉCNICA Gestão Própria	TOTAL GERAL	SAÚDE Gestão Pública	ASSISTÊNCIA SOCIAL Gestão Própria	EDUCAÇÃO TÉCNICA Gestão Própria	TOTAL GERAL
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>									
Caixa e Fundo Fixo de Caixa	4	2.429,98	379,40	-	<b>2.809,38</b>	4.709,61	1.386,90	-	<b>6.096,51</b>
Bancos - Contas Movimento	5	653.510,15	499,09	2.734,29	<b>656.743,53</b>	2.143.312,55	174.759,47	659,96	<b>2.318.731,98</b>
Bancos - Aplicações Financeiras	6	30.292.613,20	10.585.382,46	114.037,84	<b>40.992.033,50</b>	26.798.927,99	8.669.595,81	4.155,49	<b>35.472.679,29</b>
Adiantamentos a Fornecedores		424.623,69	2.200,00	-	<b>426.823,69</b>	412.933,51	31.658,58	-	<b>444.592,09</b>
Adiantamentos a Empregados	7	3.014.609,96	11.652,58	1.092,13	<b>3.027.354,67</b>	2.475.661,30	5.167,31	2.162,83	<b>2.482.991,44</b>
Adiantamentos para Despesas		5.792,51	916,65	-	<b>6.709,16</b>	5.996,82	978,55	1,82	<b>6.977,19</b>
Impostos Recuperáveis		19.204,32	114.007,84	-	<b>133.212,16</b>	128.053,87	114.577,68	-	<b>242.631,55</b>
Créditos Convênios/Contratos	8	31.184.580,73	-	16.470,00	<b>31.201.050,73</b>	24.265.704,19	-	-	<b>24.265.704,19</b>
Outros Créditos	9	460.435,08	1.301.901,78	874,43	<b>1.763.211,29</b>	249.848,66	1.306.893,11	-	<b>1.556.741,77</b>
Estoques	10	3.175.687,80	-	-	<b>3.175.687,80</b>	2.495.885,59	-	-	<b>2.495.885,59</b>
Despesas Antecipadas		122.994,13	-	-	<b>122.994,13</b>	55.605,09	-	-	<b>55.605,09</b>
		<b>69.356.481,55</b>	<b>12.016.939,80</b>	<b>135.208,69</b>	<b>81.508.630,04</b>	<b>59.036.639,18</b>	<b>10.305.017,41</b>	<b>6.980,10</b>	<b>69.348.636,69</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>									
Imobilizado	11	29.121.392,55	7.188.582,71	467.578,83	<b>36.777.554,09</b>	29.091.887,47	7.424.935,45	472.229,79	<b>36.989.052,71</b>
Intangível	12	1.705.266,35	28.665,49	12.666,20	<b>1.746.598,04</b>	1.115.350,18	10.616,69	17.329,40	<b>1.143.296,27</b>
		<b>30.826.658,90</b>	<b>7.217.248,20</b>	<b>480.245,03</b>	<b>38.524.152,13</b>	<b>30.207.237,65</b>	<b>7.435.552,14</b>	<b>489.559,19</b>	<b>38.132.348,98</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>100.183.140,45</b>	<b>19.234.188,00</b>	<b>615.453,72</b>	<b>120.032.782,17</b>	<b>89.243.876,83</b>	<b>17.740.569,55</b>	<b>496.539,29</b>	<b>107.480.985,67</b>



**BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(em Reais)**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2 0 1 4				2 0 1 3			
		SAÚDE Gestão Pública Gestão Própria	ASSISTÊNCIA SOCIAL Gestão Própria	EDUCAÇÃO TÉCNICA Gestão Própria	TOTAL GERAL	SAÚDE Gestão Pública	ASSISTÊNCIA SOCIAL Gestão Própria	EDUCAÇÃO TÉCNICA Gestão Própria	TOTAL GERAL
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>									
Fornecedores		9.117.091,30	158.396,49	15.291,36	<b>9.290.779,15</b>	8.559.853,30	73.318,87	7.164,75	<b>8.640.336,92</b>
Obrigações Trabalhistas	13	21.704.920,32	104.645,31	15.646,19	<b>21.825.211,82</b>	18.272.980,93	84.453,75	20.511,88	<b>18.377.946,56</b>
Obrigações Sociais e Fiscais		12.236.124,48	66.457,62	10.017,68	<b>12.312.599,78</b>	10.937.917,09	66.505,22	11.204,25	<b>11.015.626,56</b>
Empréstimos e Financiamentos	14	4.718.799,20	1.890.718,03	-	<b>6.609.517,23</b>	4.321.938,57	1.791.367,92	-	<b>6.113.306,49</b>
Contas a Pagar	15	5.666.870,77	331.833,43	830,27	<b>5.999.534,47</b>	5.988.711,16	130.206,56	-	<b>6.118.917,72</b>
Provisões para Férias e Encargos		34.993.172,72	143.113,11	37.175,06	<b>35.173.460,89</b>	29.819.683,50	92.468,02	41.738,19	<b>29.953.889,71</b>
Provisões para Contingências	16	1.241.493,38	291.340,06	-	<b>1.532.833,44</b>	1.187.133,72	291.340,06	-	<b>1.478.473,78</b>
		<b>89.678.472,17</b>	<b>2.986.504,05</b>	<b>78.960,56</b>	<b>92.743.936,78</b>	<b>79.088.218,27</b>	<b>2.529.660,40</b>	<b>80.619,07</b>	<b>81.698.497,74</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>									
Empréstimos e Financiamentos	14	-	158.281,27	-	<b>158.281,27</b>	-	1.902.828,34	-	<b>1.902.828,34</b>
Provisões para Contingências	16	660.822,17	-	-	<b>660.822,17</b>	548.000,00	-	-	<b>548.000,00</b>
		<b>660.822,17</b>	<b>158.281,27</b>	-	<b>819.103,44</b>	<b>548.000,00</b>	<b>1.902.828,34</b>	-	<b>2.450.828,34</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
Patrimônio Social		(20.630.919,91)	13.308.080,81	415.920,22	<b>(6.906.918,88)</b>	5.401.207,32	7.971.137,94	390.890,76	<b>13.763.236,02</b>
Superávit / (Déficit) do Exercício	30	5.837.668,57	2.297.319,96	18.732,94	<b>8.153.721,47</b>	(15.661.162,81)	5.327.216,65	(393.792,54)	<b>(10.727.738,70)</b>
Res. Capital – Imob. Gestão Pública	3.c	30.816.416,86	-	-	<b>30.816.416,86</b>	30.238.578,47	-	-	<b>30.238.578,47</b>
Ajustes Patrimoniais	17	(5.593.477,50)	-	-	<b>(5.593.477,50)</b>	(9.942.416,20)	-	-	<b>(9.942.416,20)</b>
Transferências Patrimoniais		(585.841,91)	484.001,91	101.840,00	-	(428.548,22)	9.726,22	418.822,00	-
		<b>9.843.846,11</b>	<b>16.089.402,68</b>	<b>536.493,16</b>	<b>26.469.741,95</b>	<b>9.607.658,56</b>	<b>13.308.080,81</b>	<b>415.920,22</b>	<b>23.331.659,59</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO</b>		<b>100.183.140,45</b>	<b>19.234.188,00</b>	<b>615.453,72</b>	<b>120.032.782,17</b>	<b>89.243.876,83</b>	<b>17.740.569,55</b>	<b>496.539,29</b>	<b>107.480.985,67</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(em Reais)

Notas	2 0 1 4				2 0 1 3			
	SAÚDE Gestão Pública Gestão Própria	ASSISTÊNCIA SOCIAL Gestão Própria	EDUCAÇÃO TÉCNICA Gestão Própria	TOTAL GERAL	SAÚDE Gestão Pública	ASSISTÊNCIA SOCIAL Gestão Própria	EDUCAÇÃO TÉCNICA Gestão Própria	TOTAL GERAL
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>566.569.459,81</b>	<b>6.052.266,71</b>	<b>1.047.350,61</b>	<b>573.669.077,13</b>	<b>472.986.311,94</b>	<b>4.608.393,11</b>	<b>329.384,95</b>	<b>477.924.090,00</b>
Contratos de Gestão e Convênios	18 568.884.106,97	-	-	568.884.106,97	480.054.447,80	-	-	480.054.447,80
Programa Assistencial à Saúde	25 239.933,00	-	-	239.933,00	-	-	-	-
Responsabilidade Social	-	6.052.266,71	-	6.052.266,71	-	4.608.393,11	-	4.608.393,11
Cursos Profissionalizantes	-	-	1.047.350,61	1.047.350,61	-	-	329.384,95	329.384,95
(-) Repasse destinado aquisição Imobilizado	(2.554.580,16)	-	-	(2.554.580,16)	(7.068.135,86)	-	-	(7.068.135,86)
<b>CUSTOS</b>	<b>(546.907.423,40)</b>	<b>(4.384.305,55)</b>	<b>(846.430,49)</b>	<b>(552.138.159,44)</b>	<b>(474.823.789,27)</b>	<b>(3.182.491,14)</b>	<b>(624.137,80)</b>	<b>(478.630.418,21)</b>
Pessoal e Reflexos	20 (428.796.697,79)	(2.262.123,08)	(424.488,50)	(431.483.309,37)	(370.465.176,83)	(1.492.679,16)	(445.205,36)	(372.403.061,35)
Serviços Terceirizados	21 (84.301.135,09)	(1.769.710,67)	(272.032,60)	(86.342.878,36)	(73.497.425,17)	(1.399.589,54)	(124.097,74)	(75.021.112,45)
Medicamentos e Materiais de Consumo	22 (33.569.657,52)	(352.471,80)	(149.909,39)	(34.072.038,71)	(30.861.187,27)	(290.222,44)	(54.834,70)	(31.206.244,41)
Custo com Assistência Gratuita à Saúde	25 (239.933,00)	-	-	(239.933,00)	-	-	-	-
Custo da Contr. Previdenciária Patronal	28 (94.595.466,47)	(447.233,89)	(107.304,43)	(95.150.004,79)	(80.386.294,88)	(385.184,91)	(102.115,74)	(80.873.595,53)
(-) Isenção Previdenciária Usufruída	28 94.595.466,47	447.233,89	107.304,43	95.150.004,79	80.386.294,88	385.184,91	102.115,74	80.873.595,53
<b>(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) BRUTO</b>	<b>19.662.036,41</b>	<b>1.667.961,16</b>	<b>200.920,12</b>	<b>21.530.917,69</b>	<b>(1.837.477,33)</b>	<b>1.425.901,97</b>	<b>(294.752,85)</b>	<b>(706.328,21)</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>(17.562.946,74)</b>	<b>(1.902.482,73)</b>	<b>(181.227,42)</b>	<b>(19.646.656,89)</b>	<b>(15.413.123,57)</b>	<b>(1.301.407,76)</b>	<b>(121.611,63)</b>	<b>(16.836.142,96)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições	(417.817,50)	(100.974,13)	(5.728,77)	(524.520,40)	(432.157,78)	(79.825,32)	(4.381,83)	(516.364,93)
Gerais	23 (16.879.390,62)	(1.801.508,60)	(175.498,65)	(18.856.397,87)	(14.740.082,83)	(1.221.582,44)	(117.229,80)	(16.078.895,07)
Provisões para Contingências	(265.738,62)	-	-	(265.738,62)	(240.882,96)	-	-	(240.882,96)

Continua...

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(em Reais)

Notas	2 0 1 4				2 0 1 3				
	SAÚDE Gestão Pública Gestão Própria	ASSISTÊNCIA SOCIAL Gestão Própria	EDUCAÇÃO TÉCNICA Gestão Própria	TOTAL GERAL	SAÚDE Gestão Pública	ASSISTÊNCIA SOCIAL Gestão Própria	EDUCAÇÃO TÉCNICA Gestão Própria	TOTAL GERAL	
<b>OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.073.892,64</b>	<b>2.112.297,78</b>	<b>0,08</b>	<b>4.186.190,50</b>	<b>1.543.462,73</b>	<b>5.331.182,28</b>	<b>24.532,32</b>	<b>6.899.177,33</b>	
Despesas com Doações e Auxílios	-	(7.000,00)	-	<b>(7.000,00)</b>	-	(9.300,00)	-	<b>(9.300,00)</b>	
Receitas com Doações	140.285,90	146.109,12	-	<b>286.395,22</b>	166.420,65	60.650,76	-	<b>227.071,41</b>	
Outras Receitas	1.933.606,74	1.973.188,46	0,08	<b>3.906.795,28</b>	1.377.042,08	5.279.831,52	24.532,32	<b>6.681.405,92</b>	
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS RECEITAS / DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>4.172.982,31</b>	<b>1.877.776,21</b>	<b>19.692,78</b>	<b>6.070.451,30</b>	<b>(15.707.138,17)</b>	<b>5.455.676,49</b>	<b>(391.832,16)</b>	<b>(10.643.293,84)</b>	
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>19</b>	<b>1.664.686,26</b>	<b>419.543,75</b>	<b>(959,84)</b>	<b>2.083.270,17</b>	<b>45.975,36</b>	<b>(128.459,84)</b>	<b>(1.960,38)</b>	<b>(84.444,86)</b>
Receitas Financeiras		2.737.282,24	914.697,34	2.627,16	<b>3.654.606,74</b>	1.473.754,38	419.536,50	480,63	<b>1.893.771,51</b>
Despesas Financeiras		(1.072.595,98)	(495.153,59)	(3.587,00)	<b>(1.571.336,57)</b>	(1.427.779,02)	(547.996,34)	(2.441,01)	<b>(1.978.216,37)</b>
<b>SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>30</b>	<b>5.837.668,57</b>	<b>2.297.319,96</b>	<b>18.732,94</b>	<b>8.153.721,47</b>	<b>(15.661.162,81)</b>	<b>5.327.216,65</b>	<b>(393.792,54)</b>	<b>(10.727.738,70)</b>



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Do Exercício	Reserva de Capital	Ajustes Patrimoniais	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2013</b>	<b>9.113.780,18</b>	<b>411.054,46</b>	<b>28.180.321,14</b>	<b>4.238.401,38</b>	<b>41.943.557,16</b>
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior	411.054,46	(411.054,46)	-	-	-
Repasse destinados à aquisição de bens	-	-	6.913.734,90	-	6.913.734,90
Depreciação do Exercício (bens gestão pública)	-	-	(4.855.477,57)	-	(4.855.477,57)
Ajustes Patrimoniais	-	-	-	(9.942.416,20)	(9.942.416,20)
Incorporações Patrimoniais (Ajustes Patrimoniais)	4.238.401,38	-	-	(4.238.401,38)	-
Déficit do Exercício	-	(10.727.738,70)	-	-	(10.727.738,70)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>13.763.236,02</b>	<b>(10.727.738,70)</b>	<b>30.238.578,47</b>	<b>(9.942.416,20)</b>	<b>23.331.659,59</b>
Incorporação do Déficit do Exercício Anterior	(10.727.738,70)	10.727.738,70	-	-	-
Incorporações de Bens ao Imobilizado de Gestão Pública	-	-	2.497.221,67	-	2.497.221,67
Repasse destinados à aquisição de bens	-	-	2.554.580,16	-	2.554.580,16
Depreciação do Exercício (bens gestão pública)	-	-	(4.473.963,44)	-	(4.473.963,44)
Ajustes Patrimoniais	-	-	-	(5.593.477,50)	(5.593.477,50)
Incorporações Patrimoniais (Ajustes Patrimoniais)	(9.942.416,20)	-	-	9.942.416,20	-
Superávit do Exercício	-	8.153.721,47	-	-	8.153.721,47
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(6.906.918,88)</b>	<b>8.153.721,47</b>	<b>30.816.416,86</b>	<b>(5.593.477,50)</b>	<b>26.469.741,95</b>



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(em Reais)**

	2014	2013
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit / (Déficit) do Exercício	8.153.721,47	(10.727.738,70)
Depreciação	571.774,30	562.161,86
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	17.768,40	(267.474,43)
Adiantamentos a Empregados	(544.363,23)	(471.009,26)
Adiantamentos para Despesas	268,03	(3.261,67)
Impostos Recuperáveis	109.419,39	8.642,69
Créditos com Convênios	(6.935.346,54)	4.394.302,78
Outros Créditos	(206.469,52)	(69.506,65)
Estoques	(679.802,21)	(845.272,87)
Despesas Antecipadas	(67.389,04)	1.778,23
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	650.442,23	2.301.075,94
Obrigações Trabalhistas	3.447.265,26	2.105.018,84
Obrigações Sociais e Fiscais	1.296.973,22	2.269.077,00
Provisões para Férias e Encargos	5.219.571,18	6.590.638,23
Provisão para Contingências	167.181,83	229.767,13
Outras Obrigações	(119.383,25)	625.190,64
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>11.081.631,52</b>	<b>6.703.389,76</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	2.554.579,86	7.304.410,64
Aquisição de Imob/Intang. Próprio	(344.156,20)	(199.900,88)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>2.210.423,66</b>	<b>7.104.509,76</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	(2.554.580,16)	(7.068.135,86)
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	(1.248.336,33)	1.768.880,72
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(5.635.060,06)	(9.916.443,64)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(9.437.976,55)</b>	<b>(15.215.698,78)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>3.854.078,63</b>	<b>(1.407.799,26)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades no Início do Exercício	37.797.507,78	39.205.307,04
Disponibilidades no Final do Exercício	41.651.586,41	37.797.507,78
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>3.854.078,63</b>	<b>(1.407.799,26)</b>





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, portadora do Certificado do COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) de nº 646/2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro.

Esta instituição presta serviços de saúde, educação e de assistência social a crianças, jovens, adultos e idosos carentes, ou não, que de alguma forma, necessitam de apoio e acolhimento. Os programas de saúde são realizados através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro. O programa educacional é executado pela Escola de Saúde CEJAM, e na área de assistência social os programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Vivaleite" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", são executados pelo Instituto de Responsabilidade Social CEJAM.

Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein - SBIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M'Boi Mirim - Dr. Moisés Deutsch.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002, e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.



**2.b) Base de mensuração:**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

**2.d) Uso de estimativas e julgamentos:**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

---

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**3.a) Instrumentos financeiros:**

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2014 e 2013.

**3.b) Estoques:**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.



**3.c) Imobilizado:**

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital “imobilizações pertencentes à gestão pública” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao patrimônio líquido, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2014 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2013. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
  - Construções: 25 anos;
  - Instalações: 10 anos;
  - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
  - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
  - Equipamentos de informática: 5 anos;
  - Móveis e utensílios: 10 anos;
  - Veículos: 5 anos;
  - Biblioteca: 10 anos;
  - Benfeitorias: 25 anos.

**3.d) Intangível:**

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

**3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):**

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



**3.f) Passivo circulante e não circulante:**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**3.g) Patrimônio social:**

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

**3.h) Receitas:**

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão, convênios e respectivos termos aditivos das Secretarias Municipais de Saúde, doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital “imobilizações pertencentes à gestão pública” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

**3.i) Despesas**

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

**3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

**3.k) Apuração do resultado:**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.



## 4. CAIXA E FUNDO FIXO DE CAIXA

	2014	2013
<b>BENS NUMERÁRIOS</b>		
Caixa	479,40	3.400,50
Fundo Fixo	2.329,98	2.696,01
	<b>2.809,38</b>	<b>6.096,51</b>

## 5. BANCOS – CONTAS MOVIMENTO

	2014	2013
<b>BANCOS - CONTA MOVIMENTO</b>		
Banco do Brasil S.A.	400.948,92	2.022.104,72
Banco Santander (Brasil) S.A.	252.823,08	291.148,92
Banco Bradesco S.A.	2.971,53	5.478,34
	<b>656.743,53</b>	<b>2.318.731,98</b>

## 6. BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2014	2013
<b>BANCOS - CONTA APLICAÇÕES</b>		
Banco do Brasil S.A.	3.124.102,61	7.608.500,00
Banco Santander (Brasil) S.A.	23.904.853,90	12.312.181,18
Banco Bradesco S.A.	13.962.748,50	15.551.684,19
Banco Itaú S.A.	328,49	313,92
	<b>40.992.033,50</b>	<b>35.472.679,29</b>

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

## 7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2014	2013
<b>ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS</b>		
Adiantamentos de Ordenados	-	812,89
Adiantamentos de Férias	3.027.354,67	2.480.849,35
Outros Adiantamentos a Empregados	-	1.329,20
	<b>3.027.354,67</b>	<b>2.482.991,44</b>



## 8. CRÉDITOS COM CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO

	2014	2013
<b>CRÉDITOS COM CONTRATO DE GESTÃO E CONVÊNIO</b>		
PMSP - Contrato 003/2007 (Microrregião M'Boi Mirim)	4.158.104,82	491.485,83
PMSP - Convênio 066/2008 (AMA Especialidades)	2.630.869,17	1.669.515,43
PMSP - Convênio 079/2008 (AMA Tradicional)	1.581.684,57	705.719,27
PMSP - Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana)	1.474.006,31	1.861.625,62
PMSP - Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	5.779.185,49	5.528.245,84
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2080/2003 (ESF)	-	4.308.673,22
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2080/2003 (Maternidade)	760.058,78	760.058,78
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2436/2009 (Atenção Básica)	5.018.288,82	-
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2436/2009 (Consultório na Rua)	13.318,76	-
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2436/2009 (SAMU M/A Compl.)	14.086,58	-
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2436/2009 (Vigilância em Saúde)	68.044,66	-
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 042/2012 (EACS)	-	187.136,12
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 068/2010 (ESF)	935.309,31	689.154,96
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 067/2010 (UBS 24 H)	1.825.060,76	1.198.249,55
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 016/2012 (Única)	-	523.118,51
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 042/2014 (UBS 24H)	1.651.293,31	-
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 045/2014 (ESF)	1.400.606,37	-
Pref. Mun. de Arujá - Contrato de Gestão 2385/2012	1.791.101,95	76.103,33
Pref. Mun. do Rio de Janeiro - Contrato de Gestão 006/2012	2.083.561,07	6.266.617,73
Convênios da área Educacional	16.470,00	-
	<b>31.201.050,73</b>	<b>24.265.704,19</b>

## 9. OUTROS CRÉDITOS

	2014	2013
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		
CEJAM - PSF Taboão da Serra (intercompany)	1.301.893,11	1.301.893,11
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	5.000,00	5.000,00
Outros Créditos	456.318,18	249.848,66
	<b>1.763.211,29</b>	<b>1.556.741,77</b>

## 10. ESTOQUES

	2014	2013
<b>ESTOQUES</b>		
Medicamentos	1.273.874,04	826.815,69
Materiais de Uso dos Pacientes	1.427.522,96	1.186.771,29
Gêneros Alimentícios	87.036,77	83.594,23
Impressos e Materiais de Expediente	62.943,32	30.990,73
Produtos de Limpeza	47.685,90	36.365,40
Materiais de Manutenção	62.773,29	97.056,91
Rouparia	74.817,38	116.964,72
Outros Materiais de Consumo	139.034,14	117.326,62
	<b>3.175.687,80</b>	<b>2.495.885,59</b>



## 11. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa Depr.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Residual 2014	Residual 2013
Terrenos	-	375.000,00	-	375.000,00	375.000,00
Construções	4%	5.630.000,00	(1.033.144,01)	4.596.855,99	4.822.056,03
Instalações	10%	56.415,27	(40.689,72)	15.725,55	18.115,47
Máquinas e Equipamentos	10%	322.118,60	(100.666,60)	221.452,00	129.074,70
Equipamentos de Uso Médico	10%	2.067.526,58	(859.297,33)	1.208.229,25	1.371.610,08
Equipamentos de Informática	20%	578.557,48	(453.977,56)	124.579,92	38.234,39
Móveis e Utensílios	10%	901.454,11	(427.812,42)	473.641,69	448.005,51
Veículos	20%	309.418,25	(202.034,93)	107.383,32	136.893,24
Biblioteca	10%	8.063,36	(8.030,86)	32,50	48,34
Benfeitorias	4%	621.623,91	(88.362,59)	533.261,32	558.127,48
Bens de Gestão Pública Prefeituras					
São Paulo - Organização Social		16.837.626,24	(6.858.432,66)	9.979.193,58	10.425.013,66
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		25.071.469,42	(15.262.214,69)	9.809.254,73	11.879.534,54
Embu das Artes (SP)		63.826,39	(31.854,95)	31.971,44	38.521,52
Taboão da Serra (SP)		146.134,23	(127.444,64)	18.689,59	23.482,63
Mogi das Cruzes (SP)		290.873,82	(78.325,19)	212.548,63	212.331,19
Arujá (SP)		61.168,94	(12.881,39)	48.287,55	36.654,68
Rio de Janeiro (RJ)		10.776.037,31	(1.754.590,28)	9.021.447,03	6.476.349,25
		<b>64.117.313,91</b>	<b>(27.339.759,82)</b>	<b>36.777.554,09</b>	<b>36.989.052,71</b>

Conforme preceituado em contratos e convênios firmados entre o CEJAM e Secretarias Municipais de Saúde, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos e convênios é de uso exclusivo e de propriedade das Secretarias Municipais de Saúde.

## 12. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa Amort	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Residual 2014	Residual 2013
Direitos de Uso de Sistemas	20%	242.565,06	(204.589,10)	37.975,96	24.590,36
Outros Direitos de Uso	-	1.561,72	-	1.561,72	1.561,72
Marcas e Patentes	-	1.794,01	-	1.794,01	1.794,01
Direitos de Gestão Pública Prefeitura					
São Paulo - Organização Social		303.947,29	(164.014,44)	139.932,85	128.411,39
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		1.778.046,81	(1.638.764,75)	139.282,06	248.920,77
Mogi das Cruzes (SP)		4.740,64	(1.873,06)	2.867,58	3.815,82
Rio de Janeiro (RJ)		1.804.276,28	(381.092,42)	1.423.183,86	734.202,20
		<b>4.136.931,81</b>	<b>(2.390.333,77)</b>	<b>1.746.598,04</b>	<b>1.143.296,27</b>

## 13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2014	2013
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>		
Salários a Pagar	21.719.595,63	18.329.560,04
Rescisões a Pagar	46.852,14	18.596,86
Pensões Alimentícias a Pagar	58.764,05	29.789,66
	<b>21.825.211,82</b>	<b>18.377.946,56</b>

**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE)</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Banco Bradesco S.A. (Empréstimo/Capital de Giro)	200.000,04	200.000,04
Banco Santander S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	4.718.799,20	4.321.938,57
Bradesco Leasing S.A. (Imóvel Rua Dr. Lund)	1.299.375,12	1.164.448,08
Bradesco Leasing S.A. (Ressonância Magnética)	391.342,87	426.919,80
	<b>6.609.517,23</b>	<b>6.113.306,49</b>

  

<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (NÃO CIRCULANTE)</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Banco Bradesco S.A. (Empréstimo/Capital de Giro)	50.000,01	250.000,05
Bradesco Leasing S.A. (Imóvel Rua Dr. Lund)	108.281,26	1.261.485,42
Bradesco Leasing S.A. (Ressonância Magnética)	-	391.342,87
	<b>158.281,27</b>	<b>1.902.828,34</b>

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses para custeio dos contratos e convênios municipais. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente a 0,38% a.m. além do CDI.

Com relação ao leasing do imóvel da Rua Dr. Lund e do aparelho de ressonância magnética, a Entidade possui contratos com a Bradesco Leasing. Para o imóvel foi estipulado o prazo de 57 meses, do qual foram pagas 44 parcelas até 31 de dezembro de 2014, restando um saldo de 13 parcelas, com juros pré-fixados de 0,33% a.m. acrescido do CDI. Para o aparelho de ressonância magnética o prazo é de 36 meses, do qual foram pagas 25 parcelas até 31 de dezembro de 2014, restando um saldo de 11 parcelas, com juros pré-fixados de 1,00% a.m. sem indexação.

**15. CONTAS A PAGAR**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>		
Eletropaulo – Hospital Mun. M'Boi Mirim	96.686,67	84.518,56
Light – OS Rio de Janeiro	574.052,22	970.501,27
Sabesp – Hospital Mun. M'Boi Mirim	152.753,16	-
PMSP (devolução repasse encerr. convênio)	2.396.716,09	2.396.716,09
CEJAM – PSF Taboão da Serra (intercompany)	1.301.893,11	1.301.893,11
Adiantamentos PMSP – Hospital M'Boi Mirim	576.516,74	849.328,84
Aluguéis a Pagar	77.034,16	72.285,29
Empréstimo Consignado	265.590,38	95.245,53
Outras Contas a Pagar	558.291,94	348.429,03
	<b>5.999.534,47</b>	<b>6.118.917,72</b>

A rubrica "CEJAM – PSF Taboão da Serra" está representada pelo socorro financeiro efetuado no ano de 2011 pela Mantenedora (Matriz) para cobrir dívidas da filial 0006 (Taboão da Serra), conforme demonstrado na nota explicativa nº 9 como crédito a receber da matriz junto à filial, operação esta reconhecida como "intercompany".





## 16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (CIRCULANTE)	2014	2013
Provisões para Contingências Tributárias	85.796,86	85.796,86
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.241.011,87	1.190.715,77
Provisões para Contingências Cíveis	206.024,71	201.961,15
	<b>1.532.833,44</b>	<b>1.478.473,78</b>

  

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (NÃO CIRCULANTE)	2014	2013
Provisões para Contingências Trabalhistas	660.822,17	548.000,00
	<b>660.822,17</b>	<b>548.000,00</b>

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade está envolvida em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 4.895.947,36 (em 2013 R\$ 3.134.857,31), sem provisão constituída, estando assim distribuídos:

PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL	2014	2013
De natureza Trabalhista	4.081.967,93	2.559.341,30
De natureza Cível	813.979,43	403.922,29
De natureza Tributária	-	171.593,72
	<b>4.895.947,36</b>	<b>3.134.857,31</b>



## 17. AJUSTES PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2014 foram registrados ajustes patrimoniais no montante de R\$ 5.593.477,50 estando assim relacionado:

Filial	Valor	Motivo
0004 Embú das Artes	(2.308.011,51)	No ano de 2014 a Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes se posicionou quanto ao não pagamento de parte significativa do plano de trabalho do exercício de 2012. Não podendo este fato ser atribuído a exercício subsequente, em 31 de dezembro de 2014 foi registrado como ajuste patrimonial.
0011 OS Rio de Janeiro	(3.285.465,99)	No ano de 2014 a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, para compensar a postergação da inauguração do Hospital e CER Ilha, se posicionou quanto ao não pagamento de saldo residual registrado como créditos a receber, reavaliando e ajustando para baixo valores correspondentes ao biênio 2012-2013. Não podendo este fato ser atribuído a exercício subsequente, em 31 de dezembro de 2014 foi registrado como ajuste patrimonial.
<b>Total</b>	<b>(5.593.477,50)</b>	

## 18. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

	2014	2013
<b>RECEITAS COM CONTRATOS GESTÃO E CONVÊNIOS</b>		
PMSP – Contrato de Gestão 003/2007 (Microrregião do M'Boi Mirim)	175.821.317,81	124.923.486,17
PMSP – Convênio 066/2008 (AMA Especialidades)	32.562.303,22	28.650.033,46
PMSP – Convênio 079/2008 (AMA Tradicional)	18.873.337,02	17.507.377,35
PMSP – Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana)	2.556.138,07	4.048.534,78
PMSP – Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	61.599.183,76	53.614.517,05
PMSP – Contrato de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M'Boi Mirim)	118.188.292,55	110.247.282,76
Hospital Samaritano – Convênio 002/2010 (SAID)	-	1.961.995,30
Pref. Mun. de Embu – Convênio 2080/2003 (Programas e Projetos)	14.476.188,08	13.415.141,66
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 042/2014 (UBS 24H)	18.144.460,52	13.910.528,88
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 045/2014 (ESF)	12.532.122,46	8.025.444,28
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 016/2012 (Única)	5.840.962,87	6.550.776,40
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 042/2012 (EACS)	2.196.825,73	2.211.527,86
Pref. Mun. de Arujá – Contrato de Gestão 2385/2012	20.763.651,59	18.539.787,48
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contrato de Gestão 006/2012	85.329.323,29	76.448.014,37
	<b>568.884.106,97</b>	<b>480.054.447,80</b>



## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
<b>RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.547.870,17	1.763.276,41
Descontos Obtidos	106.736,57	130.495,10
(-) Tarifas Bancárias	(127.384,42)	(125.211,63)
(-) Juros Bancários	(641.019,28)	(820.501,43)
(-) Juros sobre Financiamentos	(487.465,51)	(530.399,55)
(-) Juros a Fornecedores	(43.490,27)	(321.799,16)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(271.972,86)	(171.859,94)
(-) Imposto sobre Aplicações Financeiras	(4,23)	(7.170,23)
(-) Imposto sobre Operações Financeiras	-	(1.274,43)
	<b>2.083.270,17</b>	<b>(84.444,86)</b>

## 20. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

	2014	2013
<b>RECURSOS HUMANOS</b>		
Remunerações	369.197.966,96	318.123.363,82
Benefícios	27.120.945,08	23.498.037,17
Encargos Sociais	35.164.397,33	30.781.660,36
	<b>431.483.309,37</b>	<b>372.403.061,35</b>

## 21. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2014	2013
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>		
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	81.008.700,39	70.507.586,47
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	5.284.824,92	4.432.447,88
Bolsistas e Estagiários	49.353,05	81.078,10
	<b>86.342.878,36</b>	<b>75.021.112,45</b>

## 22. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAS DE CONSUMO

	2014	2013
<b>MEDICAMENTOS E MATERIAIS</b>		
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	23.157.203,30	19.115.067,92
Materiais de Consumo	6.574.014,51	7.280.071,54
Materiais de Conservação	1.409.774,26	1.347.651,42
Outros Materiais	2.931.046,64	3.463.453,53
	<b>34.072.038,71</b>	<b>31.206.244,41</b>

**23. DESPESAS GERAIS**

	2014	2013
<b>DESPESAS GERAIS</b>		
Contas de Consumo (água, luz, telefone e gás)	5.980.955,32	5.448.934,64
Aluguéis (imóveis, veículos, equipamentos e aparelhos)	4.955.781,73	4.454.459,57
Administrativas	838.636,00	867.811,15
Publicidade	72.425,99	115.120,49
Eventos	709.454,49	451.832,87
Reformas e Benfeitorias	4.361.130,03	1.727.653,09
Bens não Imobilizados	376.178,00	642.047,58
Outras Despesas Gerais	1.561.836,31	2.371.035,68
	<b>18.856.397,87</b>	<b>16.078.895,07</b>

**24. COBERTURA DE SEGUROS**

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

**25. SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS GRATUITAMENTE**

A Entidade, mantém com recursos próprios, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), com o objetivo de prestar serviço ambulatorial gratuito através de consulta médica, de enfermagem e atendimento de serviço social.

O custo da prestação dos serviços ambulatoriais foi reconhecido pelo valor justo, respeitando-se as práticas de preços populares. Durante o exercício de 2014 o custo estimado com os atendimentos ambulatoriais feitos de forma gratuita foi de R\$ 239.933,00 e assim está registrado como se tivesse ocorrido o recebimento e desembolso financeiro.

Os resultados alcançados foram os seguintes:

ASSISTÊNCIA GRATUITA À SAÚDE	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	
	2014	2013
<b>PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DA MULHER</b>		
Consultas e atendimentos	3.069	2.263
Ações Educativas de Promoção à Saúde	3.367	2.705
Procedimentos	7.648	2.406

**26. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS**

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

**27. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)**

O CEJAM possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) sob o número 25000.115009/2010-25/MS, com validade até 29 de novembro de 2010 e que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.

Em 06 de julho de 2010 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde. Em 19 de janeiro de 2012, o CEJAM recebeu do Ministério da Saúde o ofício Nº 1092/2011/CGCER/DCEBAS/SAS/MS informando que este departamento entendeu que a atividade preponderante do CEJAM estaria enquadrada na área de assistência social e portando seu pedido de renovação do CEBAS deveria ter sido realizado junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 01 de fevereiro de 2012, o CEJAM protocolou no Ministério da Saúde o processo administrativo solicitando que fosse anulado o reconhecimento da atividade preponderante enquadrada na área de assistência social e que fosse reconsiderada a atividade preponderante relacionada à saúde e fosse reconsiderado o seu pedido de renovação do CEBAS pelo Ministério da Saúde.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS.

Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

*"Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores".*

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2014 e 2013. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.



Além disso, a entidade cumpre os seguintes requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- I. Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- II. Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III. Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IV. Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- V. Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- VI. Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- VII. Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- VIII. Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

## 28. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2014 foi de R\$ 95.150.004,79 (em 2013 de R\$ 80.873.595,53) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2014	2013
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(94.097.374,10)	(79.972.642,51)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(1.052.630,69)	(900.953,02)
	<b>(95.150.004,79)</b>	<b>(80.873.595,53)</b>
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	94.097.374,10	79.972.642,51
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	1.052.630,69	900.953,02
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.115009/2010-25.

## 29. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

**Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

**PIS:** por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

**COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

**Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2014, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)
- CSLL incidente sobre o superávit: 9%

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2014 foi de R\$ 17.943.907,24 (em 2013 R\$ 14.337.772,70), distribuída da seguinte forma:

	2014	2013
<b>RENÚNCIA FISCAL</b>		
Cofins	17.210.072,31	14.337.772,70
CSLL	733.834,93	Não aplicável
	<b>17.943.907,24</b>	<b>14.337.772,70</b>

**30. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO**

O Superávit do exercício de 2014 foi de R\$ 8.153.721,47 e o Déficit do exercício de 2013 foi de R\$ 10.727.738,70, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e mantidas (filiais):

RESULTADO DO EXERCÍCIO DESMEMBRADO	IDENT. CNPJ	2014	2013
Matriz (Mantenedora)	0001	3.568.133,41	6.429.684,29
Organização Social – São Paulo	0002	4.869.300,33	(10.436.501,02)
Escola de Saúde	0003	18.732,94	(393.792,54)
Gestão Saúde – Embu das Artes	0004	2.412.491,63	1.283.406,20
Gestão Saúde – Taboão da Serra	0006	(11.930,76)	(39.451,98)
Organização Social – Hospital Municipal M'Boi Mirim	0008	2.256.479,04	(6.769.248,53)
Instituto de Responsabilidade Social	0009	(1.270.813,45)	(1.102.467,64)
Organização Social – Mogi das Cruzes	0010	2.404.474,77	223.893,05
Organização Social – Rio de Janeiro	0011	(6.317.127,86)	(121.889,34)
Organização Social – Arujá	0012	223.981,42	198.628,81
		<b>8.153.721,47</b>	<b>(10.727.738,70)</b>

A entidade reportou o déficit do exercício de 2013 às parcerias formadas com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, onde se encontrava significativa parcela do resultado negativo. No final de 2013 a entidade apresentou propostas orçamentárias procurando sanar o desequilíbrio financeiro daquele exercício, de forma que para o ano de 2014 o CEJAM buscou o reequilíbrio dos seus resultados através dos orçamentos apresentados e aprovados junto às Secretarias Municipais, programados para fazer frente aos custos e despesas do ano, bem como para recompor, também, o déficit apresentado no exercício de 2013.

São Paulo, 31 de dezembro de 2014.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa  
Superintendente

Alexandre Papi  
Contador CRC nº 1SP130223/O-3